

**PORTARIA Nº 2510/2022**

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO as disposições da Emenda Constitucional nº 45, publicada em 31 de dezembro de 2004, alusiva à Reforma do Judiciário, que prevê a prestação jurisdicional continuada;

CONSIDERANDO as disposições da Resolução nº 14, de 15 de dezembro de 2005, e da Resolução nº 4, de 12 de fevereiro de 2009, ambas do Tribunal de Justiça, e as regras estabelecidas pela Resolução nº 71, de 31 de março de 2009, do Conselho Nacional de Justiça, alterada pelas Resoluções - nº 152, de 6 de julho de 2012; nº 326, de 26 de junho de 2020; nº 353, de 16 de novembro de 2020 e nº 403, de 29 de junho de 2021;

CONSIDERANDO a publicação da Resolução do Órgão Especial Nº 29/2022 que dispõe sobre o regime de plantão judiciário em primeiro e segundo grau de jurisdição do Poder Judiciário do Estado do Ceará, com vigência a partir de 1º de novembro de 2022,

RESOLVE designar para o Plantão Judiciário do 2º grau, nas datas abaixo indicadas, os (as) Senhores (as) Desembargadores (as):

DATA	DESEMBARGADOR
10/12/2022 (sábado)	JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA
11/12/2022 (domingo)	FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 5 de dezembro de 2022.

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 2597/2022-GABPRESI

Dispõe sobre aposentadoria de servidor

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Processo Administrativo nº 8501224-39.2017.8.06.0000, RESOLVE aposentar voluntariamente por tempo de contribuição, a partir de 27 de janeiro de 2017, MARCO ANTÔNIO DE ARAÚJO LIMA no cargo de Oficial de Justiça Avaliador, referência SPJNMC03, matrícula nº 887, nos termos do art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, publicada em 31 de dezembro de 2003, combinado com o art. 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 06 de julho de 2005, ATRIBUINDO-LHE os proventos mensais abaixo discriminados:

Vencimento (Lei estadual nº 15.748/2014) SPJNMC03 – 40 horas	R\$ 5.795,32
(Cinco mil, setecentos e noventa e cinco reais e trinta e dois centavos)	
Gratificação de Atividade Externa (GAE) – 30% (Art. 17 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 1.738,59
(Hum mil, setecentos e trinta e oito reais e cinquenta e nove centavos)	
Gratificação por Alcance de Metas (GAM) – 30% (Art. 17 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 1.738,59
(Hum mil, setecentos e trinta e oito reais e cinquenta e nove centavos)	
Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (Art. 10 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 1.249,77
(Hum mil, duzentos e quarenta e nove reais e setenta e sete centavos)	
Parcela Individual Complementar (Art. 10 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 2.444,30
(Dois mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e trinta centavos)	
TOTAL	R\$ 12.966,57
(Doze mil, novecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e sete centavos)	

Em 22/08/2017, os proventos se elevam para:

Vencimento (Lei estadual nº 16.262/2017) SPJNME06 – 40 horas	R\$ 8.486,64
(Oito mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e sessenta e quatro centavos)	
Gratificação de Atividade Externa (GAE) – 30% (Art. 17 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 2.545,99
(Dois mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e noventa e nove centavos)	
Gratificação por Alcance de Metas (GAM) – 30% (Art. 17 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 2.545,99
(Dois mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e noventa e nove centavos)	
Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (Art. 10 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 1.274,77
(Hum mil, duzentos e setenta e quatro reais e setenta e sete centavos)	
Parcela Individual Complementar (Art. 10 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 2.493,19
(Dois mil, quatrocentos e noventa e três reais e dezenove centavos)	
TOTAL	R\$ 17.346,58
(Dezessete mil, trezentos e quarenta e seis reais e cinquenta e oito centavos)	

Em 30/11/2017 os proventos se elevam para:

Vencimento (Lei estadual nº 16.262/2017) SPJNME07 – 40 horas	R\$ 8.834,59
(Oito mil, oitocentos e trinta e quatro reais e nove centavos)	
Gratificação de Atividade Externa (GAE) – 30% (Art. 17 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 2.650,38
(Dois mil, seiscentos e cinquenta reais e trinta e oito centavos)	
Gratificação por Alcance de Metas (GAM) – 30% (Art. 17 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 2.650,38



(Dois mil, seiscentos e cinquenta reais e trinta e oito centavos)	
Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (Art. 10 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 1.313,01
(Hum mil, trezentos e treze reais e um centavo)	
Parcela Individual Complementar (Art. 10 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 2.567,99
(Dois mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e trinta centavos)	
TOTAL	R\$ 18.016,35
(Dezoito mil, dezesseis reais e trinta e cinco centavos)	

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 13 dias do mês de junho de 2022.

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira

Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

PORTARIA Nº 2584/2022

Dispõe sobre a designação da Juíza de Direito Ana Célia Pinho Carneiro.

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso das atribuições legais;

RESOLVE designar a Juíza de Direito Ana Célia Pinho Carneiro, Titular do 1º Juizado Auxiliar da 5ª Zona Judiciária, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Vara da Comarca de Itaitinga, durante vacância, no período de 07 de dezembro de 2022 a 31 de janeiro de 2023.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 07 de dezembro de 2022.

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 2591/2022

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, usando de suas atribuições legais, considerando o que foi apurado no Processo Administrativo nº 8501268-37.2022.8.06.0112,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar os Magistrados plantonistas do Plantão Judiciário do 1º Núcleo Regional de Custódia e de Inquéritos.

Art. 2º Designar o Juiz de Direito Luis Sávio de Azevedo Bringel, Titular do 3º Juizado Auxiliar da 1ª Zona Judiciária, em respondência pela Vara Única da Comarca de Campos Sales, para responder pela Vara Única da Comarca de Missão Velha durante o plantão judiciário escalado para o dia **23 de dezembro de 2022**.

Art. 3º Designar o Juiz de Direito Paulo Augusto Gadelha de Abrantes, Titular da Vara Única da Comarca de Missão Velha, para responder pela Vara Única da Comarca de Campos Sales, durante o plantão judiciário escalado para os dias **27 de dezembro de 2022**.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 07 de dezembro de 2022.

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 2599/2022

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, usando de suas atribuições legais, considerando o que foi apreciado no Processo Administrativo nº 8500078-76.2022.8.06.0132;

RESOLVE:

Alterar a escala do Plantão Judiciário do 1º grau na circunscrição do 1º Núcleo Regional de Custódia e de Inquéritos nas datas abaixo indicadas, designando as respectivas Varas plantonistas:

25 de dezembro de 2022 – Vara Única de Nova Olinda;

06 de janeiro de 2023 – Vara Única Criminal de Barbalha.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 08 de dezembro de 2022.

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará